



INEXIGIBILIDADE Nº **90082/2024 – SELIC**

PROCESSO Nº **00600-00010468/2024-10**

ASSUNTO: **Contratação da empresa para ministrar a Palestra: "É possível ser feliz no trabalho?" aos servidores e colaboradores do TCDF.**

Senhor Secretário de Licitação, Material e Patrimônio,

Tratam os autos da solicitação da Divisão de Qualidade de Vida e Bem-Estar -DIBEM/SESBE, visando a contratação da empresa INC. para ministrar a Palestra: "É possível ser feliz no trabalho?" aos servidores e colaboradores do TCDF, para 1 (uma) turma, com carga horária de até 1 (uma) hora, a ser realizado no Plenário do TCDF, na data de 30 de setembro de 2024, para até 170 participantes, conforme consta na Informação nº 260/2024 - Dibem (Peça nº 4) e no Termo de Referência de Peça nº 10.

2. Em atendimento ao Ofício nº 50/2024-SELIC/TCDF (Peça nº 19), a empresa encaminhou a proposta de Peça nº 20, onde também informa que a palestra poderá ser transmitida ao vivo por meio de ferramenta disponibilizada pela instituição, desde que não seja realizada gravação.

3. A presente contratação poderá ser efetivada com base no art. 74, inciso III, alínea 'f', da Lei nº 14.133/2021, que trata da contratação de serviços técnicos e de natureza singular para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, a qual demanda a comprovação da singularidade do objeto e a notória especialização do contratado na execução do serviço específico, nos termos transcritos abaixo:

Art. 74 – É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III – contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...).

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

(...)

4. Quanto à notoriedade da instrutora, em sua proposta a empresa informa que a instrutora **Adriana Faria** é

Adriana Faria Professora e palestrante com experiência de cerca 30 anos no serviço público. Foi a primeira Secretária Executiva de Valorização e Qualidade de Vida do Governo do Distrito Federal, conquistando, para o Governo do Distrito Federal, a certificação ouro no Prêmio Nacional de Qualidade de Vida da ABQV - PNQV 2021 e a certificação prata no PNQV 2022 - por ações, projetos e programas pioneiros implantados para atender cerca de 150 mil servidores. Trabalhou pela implementação de políticas de valorização e bem-estar dos servidores sendo Vice-presidente da Associação dos Servidores do Judiciário ASSEJUS e membro da Comissão de Qualidade de Vida do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). Atualmente é membro da Associação Brasileira de Qualidade de Vida e embaixadora do Movimento Gerar Bem-Estar da ABQV.

Como professora, ministrou aulas em universidades, na Escola Nacional de Administração Pública, na Escola de Governo do DF, na Escola Superior de Gestão do DF e na Escola de Formação Judiciária do Tribunal do Justiça do DF. Como palestrante, esteve presente em diversos eventos locais e nacionais, é certificada pela DALE CARNEGIE, e suas palestras já impactaram mais de 10 mil pessoas no Distrito Federal e no Brasil, especializando-se em psicologia positiva, ciência do bem-estar e técnicas de autorealização, traz reflexões valiosas sobre qualidade de vida no trabalho com relatos pessoais de superação.

5. No que tange à singularidade dos serviços, remetemos ao contexto da ação educacional referenciado no Termo de Referência (Peça nº 10), c/c a Informação nº 260/2024 - DIBEM (Peça nº 4).

6. Conforme descrito na obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, de Marçal Justen Filho, 16. ed., rev. atual. e ampl., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, págs. 498/499, o autor destaca que a singularidade não reside na pluralidade de sujeitos aptos a executarem o objeto, mas na natureza do serviço técnico a ser desempenhado. Segundo o Professor, “A natureza singular caracteriza-se como uma situação anômala, incomum, impossível de ser enfrentada satisfatoriamente por qualquer profissional ‘especializado’”. Há necessidade de se verificar a possibilidade de um profissional especializado padrão atender o objeto satisfatoriamente.

7. Na obra citada, às fls. 502, o autor defende que: “A contratação far-se-á sem licitação pela impossibilidade de critérios objetivos de julgamento e pela ausência de disponibilidade dos profissionais capacitados em participar de certames seletivos”. *In casu*, vislumbramos insuperáveis dificuldades para estabelecer critérios de julgamento objetivos, que sejam capazes de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração via licitação, uma vez que o trabalho a ser desenvolvido exige do contratado um grande conhecimento prático e, conseqüentemente, gabarito e bagagem para enfrentamento do tema com a menor margem de erro possível.

8. Nesse sentido é esclarecedor o seguinte excerto da obra do Professor Joel de Menezes Niebuhr, em livro “Licitação Pública e Contrato Administrativo”, 1ª ed., Curitiba: Zênite, 2008, pp.55/56, *verbis*:

Repete-se que a inexigibilidade encontra amparo no traço singular com que qualquer um dos potenciais contratados imprimiria à sua execução. Várias pessoas poderiam executar o contrato, todas de modo especial e peculiar, incomparável objetivamente em licitação pública. Daí a inexigibilidade, que depende da subjetividade dos critérios para a aferição do **contratado**, isto é, no final das contas, da discricionariedade dos agentes administrativos. (grifo nosso)

9. Da leitura do § 3º do caput do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021, depreende-se a existência de dois pressupostos para a inexigibilidade de licitação relativa aos serviços técnicos profissionais especializados, cuja concorrência revela a singularidade, que inviabiliza a competição.

(...)

O pressuposto **objetivo** demanda que o serviço a ser contratado por meio da inexigibilidade requeira os préstimos de especialista, a ponto de recusar critérios objetivos de julgamento. A existência de critérios objetivos para comparar os especialistas requisitados impõe a obrigatoriedade de licitação pública. O ponto nodal encontra-se na objetividade ou subjetividade dos critérios de julgamento. A inexigibilidade ocorre somente nas hipóteses em que o serviço pretendido pela Administração Pública é apreciado por critério subjetivo, isto é, em que a comparação entre os profissionais habilitados a prestá-lo é condicionada à apreciação subjetiva. (grifo nosso)

10. Quanto à existência de outros profissionais, registro o entendimento da Professora Vera Lúcia Machado D'Avila, citado na obra *Temas Polêmicos sobre Licitações e Contratos*, 5ª Edição, pág. 137, obra de Sylvia Maria Zanella Di Pietro e outros:

Portanto, decorre claramente da doutrina predominante que a existência de mais de um profissional notoriamente especializado em determinado ramo do conhecimento não impede que se realize a contratação por notória especialização. Sem embargo, não se deve confundir notória especialização com exclusividade na prestação dos serviços. A exclusividade autoriza a inexigibilidade de procedimento licitatório com base no art. 25, I da Lei de Licitações. A notória especialização parte de outros pressupostos, inconfundíveis com a denominada exclusividade.

11. Ressalta-se que a contratação em tela se encontra de acordo com a alínea “a” do item II da Decisão TCDF nº 3437/06, *verbis*:

O Tribunal, por maioria, acolhendo voto da Conselheira MARLI VINHADELI, que tem por fundamento o parecer do Ministério Público, decidiu: (...) **II) informar aos órgãos e entidades jurisdicionados que nas contratações de cursos e/ou de instrutores visando à capacitação de seus servidores: a) a inexigibilidade de licitação é possível sempre que estiver comprovada a inviabilidade de competição, configurando-se simultaneamente a singularidade do objeto (ante as características peculiares das necessidades da Administração) e a notoriedade da contratada na execução do serviço específico desejado, máxime em face da escassa disponibilidade de mestres e instrutores qualificados, experientes, e com boa didática para transmitirem**



conhecimentos aos treinandos, o que deve ser averiguado caso a caso pelo administrado. (grifo nosso).

12. Com relação ao valor a ser pago nesta contratação, de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) reais conforme proposta presente na Peça nº 20, remetemos ao comprovante juntado na Peça nº 3.

13. No tocante à documentação normalmente exigida para contratação com o Poder Público quais sejam: Certidão Negativa de Débitos da Secretaria de Fazenda – DF, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT, Certidão Negativa de Débitos Relativos à Receita Federal e INSS e Certificado de Regularidade do FGTS, essas encontram-se regulares, conforme documentos cadastrados nas Peças nº 2 e 20.

14. Assim, sugerimos a adjudicação do objeto em questão à empresa INC INSTITUTO NACIONAL DE CAPACITACAO LTDA– CNPJ: 05.486.290/0001-49, no montante descrito no parágrafo 12, se outro não for o entendimento.

15. Por fim, caso aprovada a contratação pela Autoridade Competente, a referida despesa deverá ser publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas, já estando acessível no sítio eletrônico do TCDF (Peça nº 21), de acordo com o que estabelece o Parágrafo único do art. 72, da Lei nº 14.133/2021.

Item	Qtd	Und	Sugestão de Especificação para Empenho Adjudicatário: THINK EVA COMUNICAÇÃO LTDA (CNPJ 11.408.951/0001-10)	Valor Total (R\$)
1	1	turma	<i>Ministrar a Palestra: "É possível ser feliz no trabalho?" aos servidores e colaboradores do TCDF, para até 170 (cento e setenta) participantes, com carga horária de 1 (uma) hora, a ser realizado no Plenário do TCDF na modalidade híbrida (presencial com transmissão ao vivo, sem gravação).</i>	5.000,00

À consideração superior.

Brasília/DF, 18 de setembro de 2024.

ASSINADO DIGITALMENTE

Wildson Prado Oliveira

Chefe do Serviço de Licitação

De acordo.

Preliminarmente, à SECOF para reserva e classificação. Posteriormente, à SEGEDAM com vistas às demais providências pertinentes.

Brasília/DF, em 18 de setembro de 2024.

ASSINADO DIGITALMENTE